



BOLETIM OFICIAL

MUNICÍPIO DE MOGEIRO

ANO XLIX - Órgão Oficial do Município, criado pela Lei nº. 100 de 10/01/1976 – MOGEIRO nº 4.620 – 24 de novembro de 2025.

PODER EXECUTIVO

PREFEITURA MUNICIPAL DE MOGEIRO

DECRETO Nº: 0188/2025

24 DE NOVEMBRO DE 2025.

DECRETA LUTO E PONTO FACULTATIVO NAS REPARTIÇÕES MUNICIPAIS PÚBLICAS E ADOTA OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

ANTONIO JOSÉ FERREIRA, PREFEITO MUNICIPAL DE MOGEIRO, no uso de suas atribuições legais e,
CONSIDERANDO a disposição do art. 37, Caput da Constituição Federal da República Federativa do Brasil,
CONSIDERANDO o falecimento de **Vandir Ferreira da Silva**, ocorrido no dia 23 do corrente mês e ano,
CONSIDERANDO a necessidade de se disciplinar o funcionamento dos órgãos e entidades da Administração pública Municipal na referida data,
CONSIDERANDO por fim que o ato próprio para se estabelecer ponto facultativo é o decreto,

DECRETA:

Art. 1º. Fica decretado Luto Oficial de 03 (três) dias no Município de Mogeiro -PB, em sinal de pesar pelo falecimento de **Vandir Ferreira da Silva**, mãe do servidor da Secretaria de Mobilidade e Limpeza Urbana Rutinaldo Bezerra da Silva e avó dos servidores Djalma Cabral Bezerra da Silva da Secretaria de Mobilidade e Limpeza Urbana; Clauneide Kalinne da Silva, Procuradora do Município e Rucielly Karina da Silva, Gerente da Equipe E-Mult.

Art. 2º. Fica declarado Ponto Facultativo, a partir de meio dia no dia 24 de novembro do corrente ano, no Município de Mogeiro/PB, **EXCETO necessariamente nos órgãos e entidades de serviços essenciais e indispensáveis tais como: os que funcionam em regime de plantões como hospitais e socorros urgentes – SAMU.**

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito em Mogeiro, 24 de novembro de 2025.

Antonio José Ferreira
Prefeito Constitucional

LEI Nº 448/2025

DE 24 DE NOVEMBRO DE 2025.

Dispõe sobre o percentual máximo aplicado para a contratação de operações de crédito com desconto automático em folha de pagamento e autoriza o Poder Executivo Municipal a firmar contratos com instituições privadas para disponibilização de Cartão de Benefício com margem consignada em folha aos servidores públicos municipais e dá outras providências.

ANTONIO JOSÉ FERREIRA, Prefeito do Município de Mogeiro, Estado da Paraíba, no uso de suas atribuições legais, faço saber que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º - Esta Lei dispõe sobre o percentual máximo aplicado para a contratação de operações de crédito com desconto automático em folha de pagamento por servidores públicos municipais e autoriza o Poder Executivo Municipal a celebrar contratos com instituições privadas, administradoras de Cartão de Benefício aos servidores públicos municipais, ativos e inativos, por meio de cartão de benefício com desconto em folha de pagamento.

Capítulo I **Da consignação em Pagamento**

Art. 2º - Os servidores públicos municipais poderão autorizar a consignação em folha de pagamento em favor de terceiros, a critério da Administração e com reposição de custos, na forma a ser regulamentada por Decreto.

Parágrafo único - O total de consignações facultativas de que trata o caput deste artigo não excederá a 45% (quarenta e cinco por cento) da remuneração mensal, que poderá ser descontado automaticamente de remuneração, de soldo ou de benefício previdenciário, para fins de pagamento de operações de crédito, observado que:

I - 5% (cinco por cento) serão reservados exclusivamente para a amortização de despesas contraídas por meio de cartão de crédito ou para a utilização com a finalidade de saque por meio de cartão de crédito; e

II - 5% (cinco por cento) serão reservados exclusivamente para a amortização de despesas contraídas por meio de cartão consignado de benefício ou para a utilização com a finalidade de saque por meio de cartão consignado de benefício.

Art. 3º - A contratação de nova operação de crédito com desconto automático em folha de pagamento deve ser precedida do esclarecimento ao tomador de crédito:

I - do custo efetivo total e do prazo para quitação integral das obrigações assumidas, e;

II - de outras informações exigidas em lei e em regulamentos.

Art. 4º - É vedada a incidência de novas consignações quando a soma dos descontos e das consignações alcançar ou exceder o limite de 70% (setenta por cento) da base de incidência do consignado.

Art. 5º - O valor total mensal a ser descontado na folha de pagamento do servidor público municipal, decorrente da utilização do Cartão de Benefício, não poderá exceder o limite de 30% (trinta por cento) da sua remuneração líquida mensal, respeitando-se as normas gerais de consignação.

Parágrafo único - O valor da consignação será descontado mensalmente, até a quitação total do valor utilizado.

Art. 6º - Não serão cobrados juros dos servidores públicos municipais aderentes ao programa por consequência das operações provenientes da utilização do Cartão de Benefício.

Art. 7º - Caberá ao Poder Executivo Municipal, por meio do setor competente, regulamentar os procedimentos operacionais, administrativos e técnicos necessários à execução desta Lei.

Art. 8º - A instituição executora será responsável pela implantação, gerenciamento e manutenção do sistema do Cartão de Benefício, sem quaisquer ônus para o Município.

Art. 9º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Constitucional de Mogeiro, Estado da Paraíba,
24 de novembro de 2025.

ANTÔNIO JOSÉ FERREIRA
Prefeito Constitucional



BOLETIM OFICIAL

MUNICÍPIO DE MOGEIRO

ANO XLIX - Órgão Oficial do Município, criado pela Lei nº. 100 de 10/01/1976 – MOGEIRO nº 4.620 – 24 de novembro de 2025.

PODER EXECUTIVO